

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 21/2016

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2016

(Contém 16 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA DA SILVA CALISTO DECQ MOTA

VEREADOR – JOSÉ DUARTE BARBOSA CABECINHA

VEREADORA – GRAÇA DE LURDES RESENDES COSTA ARAÚJO

VEREADORA – SUSANA MARIA GOULART PEREIRA DA COSTA

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ELISABETE DO CARMO PACHECO TAVARES

VEREADOR – MARCO PAULO DA SILVA TEIXEIRA

CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 21/2016****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2016**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores José Duarte Barbosa Cabecinha, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Não compareceram à reunião os Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares e Marco Paulo da Silva Teixeira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 3 de outubro de 2016.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, e será assinada pela Senhora Presidente e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos que secretariou a reunião.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou as faltas dos Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares e Marco Paulo da Silva Teixeira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 28 de outubro de 2013.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**DIA MUNICIPAL DE IGUALDADE:**

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que neste dia, 24 de outubro, comemora-se o Dia Municipal da Igualdade. O Município de Lagoa, pela primeira vez, e cumprindo os objetivos do Plano Municipal de Igualdade de Género e Cidadania, preparou um programa, com uma série de atividades para assinalar esta data, mas devido às condições climáticas adversas, as atividades que estavam programadas foram adiadas para a próxima quarta-feira, dia 26 de outubro, apenas manteve-se para a tarde a inauguração de um mural alusivo ao dia e ao tema da igualdade, elaborado pelas crianças do ATL, no Centro Social e Cultural do Cabouco. Mais informou a Senhora Presidente que estão inscritos para participarem nas comemorações do Dia Municipal da Igualdade mais de seiscentos participantes.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:**PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

“XADREZ NO CONVENTO DOS FRANCISCANOS

O xadrez e os seus praticantes dominaram por completo o Convento dos Franciscanos durante a última jornada do Torneio da Juventude, no passado dia 1 de outubro.

A tarde foi marcada pela saudável competição entre os xadrezistas presentes, que disputaram estratégias ao longo de três sessões de 40 minutos cada, ou seja, 20 minutos para cada jogador. O Convento foi, também neste dia, o palco da entrega de prémios do torneio, cerimónia que contou com a presença da Vereadora Elisabete Tavares, em representação da Câmara Municipal de Lagoa. Note-se que além de premiados os três melhores classificados de cada categoria, também se atribuíram medalhas de participação aos restantes competidores. O Torneio da Juventude é uma organização a cargo da Associação de Xadrez da Região Autónoma dos Açores que contou com apoio da Câmara Municipal de Lagoa há vários anos, numa parceria reforçada pelo sucesso de cada edição realizada. Os jovens praticantes açorianos demonstram já um grande potencial, deixando em perspetiva um futuro risonho para o xadrez na ilha de São Miguel e, em geral, nos Açores.

IV FESTIVAL DE SOPAS DA LAGOA

A Escola Básica Dr. Francisco Carreiro da Costa, junto à Praça de Nossa Senhora da Graça, na freguesia do Rosário, voltou a receber a 4ª edição do Festival de Sopas da Lagoa, no passado dia 1 de outubro. Tratou-se de uma iniciativa promovida pelo Centro Sócio Cultural de S. Pedro que contou com o apoio da Câmara Municipal de Lagoa.

Este festival tem por objetivo angariar fundos para que a Instituição possa continuar a desenvolver as suas atividades de cariz social e que consistem sobretudo em ajudar e prestar apoio aos mais desfavorecidos, contando, para isso, com algumas colaborações, nomeadamente, de outras instituições, de restaurantes e de particulares.

Neste festival, puderam saborear diversas e saborosas sopas, como a sopa de peixe, de carne, de couve, o caldo azedo, entre muitas outras.

PROJETO “QUINTAL ETNOGRÁFICO” NO MUSEU ETNOGRÁFICO DO CABOUÇO

A Câmara Municipal da Lagoa assinalou, e num projeto inserido nas Jornadas Europeias do Património promovidas pela Direção Geral do Património Cultural, o arranque do projeto “Quintal etnográfico” no Museu Etnográfico do Cabouço.

Visando aproveitar as potencialidades do espaço ao ar livre de que o museu (inaugurado em 2013) dispõe, e num processo de recolha junto de vinte informantes da freguesia do Cabouço, implementou-se um espaço com as ervas aromáticas utilizadas pela população local, para fins medicinais e para a culinária. Foi igualmente colocado um painel informativo com alguns dos benefícios das plantas. Se a informação foi fornecida sobretudo pela população sénior da freguesia, coube às crianças a plantação das ervas aromáticas.

COMITIVA DE DARMOUTH

A Presidente da Câmara Municipal recebeu, no passado dia 6 de outubro, no auditório dos Paços do Concelho a comitiva de Darmouth, geminada com Lagoa e que, habitualmente, visita o concelho por esta altura para participar nas Festas em honra de Nossa Senhora do Rosário. Foi, neste contexto, que a Câmara Municipal organizou, entre os dias 5 a 11 de outubro, um programa de visita para esta comitiva composta por cerca de 22 pessoas.

Tal como referiu, a Presidente da Câmara Municipal, mostrando-se claramente satisfeita com a visita, salientando a importância que a mesma tem no reforçar das relações entre as cidades geminadas, e em particular na troca de conhecimentos e experiências, trazendo também uma dinâmica económica ao concelho, pois esta comitiva integra pessoas com ligações à Lagoa e que se mostram interessadas em investir no Concelho.

34 JOVENS BENEFICIAM DO ENSINO VOCACIONAL NA LAGOA

Neste novo ano letivo, e apostada em combater o insucesso escolar, mais precisamente no tocante ao abandono escolar precoce, a Câmara Municipal assume-se como parceira da Escola Secundária de Lagoa e do CDIJ - O Trevo, gerido pela Casa de Povo de Água de Pau. Este ensino dirige-se a alunos que estão prestes a completar os dezoito anos e estão em risco de saírem da escola sem concluírem o 3.º ciclo ou até mesmo sem obterem qualquer certificação equivalente. Um curso vocacional, com duração de 2 anos, garante-lhes deste modo, uma certificação que atesta uma aptidão para o desempenho de uma determinada profissão.

Esta parceria vem permitir um alargamento significativo das áreas vocacionais a serem ministradas em contexto real de trabalho com vista a despertar o interesse e a motivação dos alunos.

A Câmara considera muito importante o envolvimento comunitário em torno do sucesso educativo do Concelho e considera que é através de medidas concretas, de que é exemplo esta parceria, que o objetivo será alcançado.

CONCERTO PELO ORFEÃO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

No passado dia 13 de outubro, e como habitualmente, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Lagoa, recebeu o concerto musical protagonizado pelo Orfeão de Nossa Senhora do Rosário. Neste concerto, integrado nas festas de Nossa Senhora do Rosário, foram vários os temas interpretados, nomeadamente Domine Deus de Antonio Vivaldi e Ave Maria Pietro Mascagni com as participações da Soprano Carina Andrade, no violino, Ana Rita Raposo e Margarida Ferreira, na viola d'Arco Luís Viveiros e no violoncelo Leonor Moniz.

ESCOLAS DE MATTAPOISETT NOS EUA OFERECE MANUAIS EM INGLÊS ÀS ESCOLAS DE LAGOA

No passado dia 10 de Outubro, foram doados à Câmara Municipal manuais escolares em inglês, enviados dos EUA, à Biblioteca Municipal do Concelho de Lagoa. Assim, a vereadora Elisabete Tavares reuniu com Roberto Medeiros e com Edmund Tavares e, na presença dos três presidentes do conselho executivo de três escolas do Concelho de Lagoa, se procedeu na entrega dos manuais.

Esta doação de manuais escolares só foi possível graças ao protocolo de geminação vigente entre a cidade norte-americana de Dartmouth e a Lagoa. Este projeto visa melhorar as competências dos alunos do Município em relação à língua inglesa, língua de grande importância mundialmente.

De referir que, este projeto se iniciou, em abril de 2016, nos EUA, quando Roberto Medeiros, Presidente da Associação Mosaico se associou com Edmund Tavares de Dartmouth, um bem conhecido amigo da vila irmã de Lagoa, na possibilidade da cedência de livros ou manuais de inglês às escolas de Lagoa.

5.º ANIVERSÁRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL TOMAZ BORBA VIEIRA

Falando na abertura da exposição "Três Pintores", que assinalou o 5.º aniversário da Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, a Presidente da Câmara Municipal, mostrou a sua satisfação pelo facto de marcarem presença muitos dos amigos da Lagoa, que mostram o seu interesse em momentos importantes na caminhada que a Lagoa tem feito, na aposta consistente e insistente na educação e na cultura.

Segundo a Presidente da Câmara Municipal, muito tem sido feito nestes cinco anos. Um trabalho, que a jovem autarca, considera intenso, sendo a biblioteca um dos cérebros de todo este trabalho e igualmente um espaço de cultura e de educação não formal, de portas abertas a outros públicos. Tal como frisou:

“Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé” e este tem sido o lema do trabalho que tem sido feito e que tem vindo a crescer paulatinamente, mas sempre de forma muito segura, com provas dadas na valorização deste imóvel. Considerou ainda que a exposição patente na biblioteca é uma forma de assinalar os cinco anos de existência de um espaço de educação não-formal e cultural, que tem pautado por desenvolver um trabalho com diversos públicos e em várias áreas, com destaque para as artes plásticas, apostando na educação e cultura como áreas transversais.”

A Câmara tomou conhecimento.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, NO ÂMBITO DO CARTÃO DO IDOSO:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de comparticipação na aquisição de medicamentos no âmbito do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, em concreto a previsão da possibilidade de, anualmente, a Câmara Municipal de Lagoa poder conceder outros benefícios aos titulares do cartão de idoso;

Considerando que em 2017 prevê-se que seja mais um ano de grandes constrangimentos socioeconómicos para muitas famílias, com maior impacto junto dos mais carenciados e mais idosos;

Neste sentido, proponho que, ao nível do apoio para a aquisição de medicamentos, a Câmara Municipal aprove que se mantenha os atuais 15,00 € (quinze euros) de comparticipação mensal, no decurso de 2017.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara;

2.º Submeter a referida proposta de alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS MELHORES ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE LAGOA:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémios aos melhores alunos da Escola Secundária de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a educação continua a ser um dos fatores mais importantes e decisivos para o desenvolvimento e progresso de uma sociedade e que a Escola Secundária de Lagoa completa a 20 novembro do corrente ano o seu 15.º aniversário, demarcando-se por ser uma referência em termos de formação e inovação;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino sempre se pautou pela formação dos seus alunos, mas também pela aposta nas competências pessoais de cada um, procurando estimular a vertente da criatividade, pró-atividade e as competências estratégicas do século XXI: conectar, comunicar, criar, coordenar e colaborar;

Considerando que, ao longo de mais de uma década, a Escola Secundária de Lagoa tem desenvolvido um conjunto de projetos que apostam na inovação, que contribuem para a motivação dos alunos e para o sucesso escolar dos mesmos, prosseguindo o lema Sentir, Pensar, Crescer;

Proponho à Câmara Municipal de Lagoa atribuir um prémio de 1.000,00 € (mil euros) ao melhor aluno do 3.º ciclo do ensino básico e 1.000,00 € (mil euros) ao melhor aluno do ensino secundário da Escola Secundária da Lagoa, tendo por base os resultados obtidos do ano letivo anterior.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Atribuir dois prémios monetários, no valor de 1.000,00 € (mil euros) cada, um ao melhor aluno do 3.º ciclo do ensino básico e o outro ao melhor aluno do ensino secundário da Escola Secundária da Lagoa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Secundária de Lagoa e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO AO MELHOR ALUNO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE LAGOA:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémio ao melhor aluno da Escola Básica Integrada de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a educação continua a ser um dos fatores mais importantes e decisivos para o desenvolvimento e progresso de uma sociedade e que a Escola Básica Integrada de Lagoa tem contribuído para a formação e educação dos jovens da Cidade de Lagoa;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino pauta-se pela formação dos seus alunos e na aposta do desenvolvimento das competências pessoais de cada um, procurando estimular a vertente da criatividade e pró-atividade;

Considerando que é de todo o interesse estimular e incentivar o gosto dos alunos pelo ensino, proponho à Câmara Municipal de Lagoa atribuir um prémio de 1.000,00 € (mil euros) ao melhor aluno do 2.º ciclo do ensino básico da Escola Básica Integrada de Lagoa, tendo por base os resultados obtidos do ano letivo anterior.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Atribuir um prémio monetário, no valor de 1.000,00 € (mil euros), ao melhor aluno do 2.º ciclo do ensino básico da Escola Básica Integrada de Lagoa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Básica Integrada de Lagoa e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS MELHORES ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE ÁGUA DE PAU:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémios aos melhores alunos da Escola Básica Integrada de Água de Pau, cujo teor abaixo se transcreve: “Considerando que a educação continua a ser um dos fatores mais importantes e decisivos para o desenvolvimento e progresso de uma sociedade e que a Escola Básica Integrada de Água de Pau tem contribuído para a formação e educação dos jovens da Vila de Água de Pau e da freguesia da Ribeira Chã;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino pauta-se pela formação dos seus alunos e na aposta do desenvolvimento das competências pessoais de cada um, procurando estimular a vertente da criatividade e pró-atividade;

Considerando que é de todo o interesse estimular e incentivar o gosto dos alunos pelo ensino, proponho à Câmara Municipal de Lagoa atribuir um prémio de 1.000,00 € (mil euros) ao melhor aluno do 2.º ciclo e 1.000,00 € (mil euros) ao melhor aluno do 3.º ciclo da Escola Básica Integrada de Água de Pau, tendo por base os resultados obtidos do ano letivo anterior.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Atribuir dois prémios monetários, no valor de 1.000,00 € (mil euros) cada, um ao melhor aluno do 2.º ciclo e o outro ao melhor aluno do 3.º ciclo da Escola Básica Integrada de Água de Pau;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Básica Integrada de Água de Pau e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA - 26.ª EDIÇÃO DO CONCURSO DE PRESÉPIOS DO CONCELHO DE LAGOA 2016:

Foi presente a proposta sobre a realização da 26.ª Edição do Concurso de Presépios do Concelho de Lagoa, para o ano de 2016 e a atribuição de prémios que totalizam o montante global de 700,00 € (setecentos euros), nos termos da alínea u) do n.º 1 artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que serão distribuídos pelas 2 categorias identificadas no Regulamento do Concurso de Presépios 2016 que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 1.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada e aprovar o Regulamento do Concurso de Presépios para o ano de 2016;

2.º Encarregar os respetivos Serviços de darem o devido andamento;

3.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:****PONTO N.º 7 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente apresentou a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando, outrossim, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação);

Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Assim, proponho o seguinte:

- 1.º Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- 2.º Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- 3.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;
- 4.º Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;
- 5.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

2.º Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

3.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

4.º Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;

5.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.

PONTO N.º 8 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 8/87 – ESCRITURA DE DAÇÃO EM CUMPRIMENTO:

Foi presente a informação sobre a alteração ao alvará de loteamento n.º 8/87 – Escritura de dação em cumprimento que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 2.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com o pedido apresentado pelas Senhoras Maria da Luz Branco Pacheco Vieira e Maria Alice Pacheco Vieira Magalhães Sousa, nos termos expostos na presente informação anexa;

2.º Proceder à transmissão e consequente registo da propriedade a favor do Município, através de uma “Dação em Cumprimento”;

3.º Após a conclusão da transmissão da propriedade, notificar a requerente para apresentar garantia bancária do restante valor em dívida, no montante de 5.157,80 € (cinco mil cento e cinquenta e sete euros e oitenta cêntimos);

4.º Encarregar os respetivos Serviços de darem o devido andamento.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 9 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o resumo diário da Tesouraria do dia 21 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 849.171,64 € (oitocentos e quarenta e nove mil cento e setenta e um euros e sessenta e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

SUBUNIDADE ORGÂNICA RECURSOS HUMANOS:

PONTO N.º 10 – PROPOSTA - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2017.

Esta despesa de representação, concretamente no valor de 194,79 €, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria n.º 1153-C/2008, de 31 de dezembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara;
- 2.º Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:

PONTO N.º 11 – ALTERAÇÃO DO N.º 10 DO ARTIGO 6.º REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de alteração do n.º 10 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

- A Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 25 de novembro de 2015, aprovou a alteração ao REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES, permitindo um regime de isenção nos últimos anos do licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras, ficando totalmente isento do pagamento de qualquer taxa;
- O País continua num período de grandes dificuldades económicas, pelo que urge continuar a tomar medidas que estimulem a economia e que potencializem, pelo menos, a sustentabilidade das empresas ligadas a este sector de atividade e os respetivos postos de trabalho;
- Se pretende proporcionar um bom serviço e potencializar a oferta dos seus produtos, uma vez que as empresas de restauração têm por hábito requerer a ocupação de espaço de domínio público junto aos seus estabelecimentos para proporcionar serviço de esplanada;
- Cada vez mais, este tipo de serviço é essencial para a sobrevivência dos estabelecimentos de restauração pois, coincidindo com a época do verão - onde têm, por natureza, mais clientela, permite maximizar a sua oferta;
- A Lagoa continua empenhada em criar condições para a fixação de pessoas e empresas no Concelho, na promoção da economia local e na criação de emprego.

Propõe-se a prorrogação do regime de exceção, previsto no n.º 10 do Artigo 6.º Ocupações diversas, do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, durante o ano de 2017:

“ARTIGO 6.º
Ocupações diversas

...

10. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2017, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras, previstas no ponto 2 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.””

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada;

2.º Submeter a referida proposta de alteração do n.º 10 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei.

PONTO N.º 12 – ALTERAÇÃO DO N.º 11 DO ARTIGO 6.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de alteração do n.º 11 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve:

“Na sequência da aprovação, em sessão da Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2015, da isenção do pagamento de taxas para a ocupação do espaço público no âmbito do Licenciamento Zero, pelos estabelecimentos do sector automóvel com sede no Concelho de Lagoa, propõe-se a prorrogação do regime de exceção durante o ano de 2017:

“ARTIGO 6.º
Ocupações diversas

...

11. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2017, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para exposição de viaturas, previsto no ponto 8 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.””

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada;

2.º Submeter a referida proposta de alteração do n.º 11 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei.

ENCERRAMENTO:

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, sendo 09:30 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CRISTINA CALISTO DECQ MOTA